

Mulheres na universidade: a conquista sucede a luta

Women in university: the conquest follows the struggle

Sônia Maria Alves de Oliveira Reis

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Guanambi-Bahia-Brasil

Samara Gomes Aguiar

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Vitória da Conquista-Bahia-Brasil

Valquiria Normanha Paes

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Guanambi-Bahia-Brasil

Resumo

Este texto objetiva analisar, a partir das especificidades da condição feminina, como acontece o ingresso, a permanência e a participação de mulheres que são: "*mães, esposas, donas de casa ou trabalhadoras*", no Campus XII da Universidade do Estado da Bahia. Trata-se de uma pesquisa de campo que se valeu de questionários e entrevistas semiestruturadas para a coleta dos dados. Os resultados apontam que foi longo o caminho para a conquista da escolarização feminina, porém, ainda assim enfrentam diversos dilemas que originaram muitas consequências, tanto para sua emancipação, quanto para seus estudos. Conclui-se que o perfil das mulheres mudou, assim como suas funções na sociedade e em virtude disso a academia e tantos outros espaços, não podem mais invisibilizar esse público, pois diante de um predomínio numérico e maioria substancial, atuam agora como protagonistas de suas próprias vidas.

Palavras-chave: Mulheres; Universidade; Condição.

Abstract

This text aims to analyze, based on the specificities of the female condition, how the admission, permanence and participation of women happen to be: "*mothers, wives, housewives or workers*", on Campus XII of the University of the State of Bahia. It is a field research that used questionnaires and semi-structured interviews for data collection. The results show that there was a long way to conquer female education, however, they still face several dilemmas that originated many consequences, both for their emancipation and for their studies. It is concluded that the profile of women has changed, as well as their roles in society and because of that the academy and so many other spaces, can no longer make this public invisible, because in the face of a numerical predominance and substantial majority, they now act as protagonists of their own lives.

Keywords: Women; University; Condition.

Considerações iniciais

Este texto é um recorte de uma pesquisa financiada pelo Edital Universal do CNPQ (2017-2020). Em termos gerais objetiva discutir a condição da mulher universitária que é “*mãe, esposa, dona de casa ou trabalhadora*”, considerando as implicações do gênero na vida dessas mulheres, bem como as múltiplas identidades femininas e seus diferentes papéis ao longo da história e a influência que as políticas públicas educacionais para a mulher tiveram em sua jornada até a Universidade. Para tanto, analisa, a partir das especificidades da condição feminina, como acontece a permanência e a participação de mulheres com o perfil delimitado anteriormente no Ensino Superior.

Diferente dos homens, o processo de instrução feminina aconteceu tardiamente, marcado por muitas segregações, como a de classe e de raça. Para a mulher branca abastada o estudo acontecia com ênfase na vida doméstica e nas competências consideradas femininas. Tinham aulas de bordado, culinária e de costura, ao passo que a educação fornecida aos meninos era mais centrada no ensino da leitura, escrita e das artes matemáticas. A educação das meninas era restrita *ao lar e para o lar*, aprendiam atividades que possibilitassem o bom governo da casa e dos filhos (ARAGÃO; KREUTZ, 2010).

Muito diferente da mulher, o homem pertencente à uma família com condições financeiras elevadas era preparado para cursar o Ensino Superior. Recebiam instrução com a finalidade de alcançar o que a sociedade considerava, e ainda considera, como profissão de significância (advogado, engenheiro, médico).

Atualmente, depois de muitas lutas femininas, as mulheres conseguiram diminuir os efeitos que esse passado privativo trouxe para seu ensino. Nas escolas, não são mais formadas para os ofícios domésticos, todavia, ainda são nítidas as consequências desse passado opressivo, pois não é raro ver uma mulher ocupar o mesmo cargo que um homem e seu salário ainda ser inferior.

Caminho metodológico

Tal estudo surge como fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso, desenvolvido no Departamento de Educação (DEDC), *Campus XII*, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), situado na cidade de Guanambi/BA.

Para obtenção dos dados foi realizada uma pesquisa de campo, com abordagem qualitativa. Optamos por utilizá-la pois ela permite um contato mais próximo do/a pesquisador/a com os/as sujeitos/as e com o local de análise, já que exige a ida ao ambiente

e isso possibilita criar um vínculo maior com o universo que será observado. O mérito da investigação de campo se dá no ponto em que esse tipo de análise fornece subsídios para o/a pesquisador/a compreender em profundidade os/as sujeitos/as e o contexto em que estão inseridos/as, facilitando as análises, o entendimento do ambiente pesquisado e os fenômenos que nele acontecem.

A utilização dos procedimentos de pesquisa qualitativa auxiliou no entendimento em amplitude do contexto do problema, isto é, permitiu conhecer as singularidades e regularidades das mulheres que vivenciam uma ou todas as condições estabelecidas pelo estudo. Por se tratar de um recurso indutivo que busca entender por que o/a indivíduo/a age da forma que age, pensa da forma que pensa ou sente da forma que sente, ele melhor atendeu às necessidades desta investigação, uma vez que as respostas em profundidade são geradas apenas por meio da abordagem qualitativa, já que ela “responde a questões muito particulares [...], trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2002, p. 21).

As colaboradoras da pesquisa foram mulheres estudantes com faixa etária variante entre 17 e 54 anos, e para preservar a identidade das colaboradoras da pesquisa optamos por identificá-las com o nome de personagens da mitologia grega, já que notamos que o percurso acadêmico de cada uma delas foi e tem sido marcado por inúmeros desafios, resistências e superações, assim como o das referenciadas mulheres mitológicas.

Para a coleta dos dados foram entregues às discentes 135 questionários e desses, 116 foram devolvidos. Desse quantitativo de alunas, 15 (quinze) cursavam Administração, 14 (catorze) Enfermagem, 17 (dezessete) Educação Física, 69 (sessenta e nove) Pedagogia e apenas 1 (uma) delas não especificou o curso. Dentre essas, 95 (noventa e cinco) são mães e 21 (vinte e uma) no momento da pesquisa não eram, ou seja, o estudo foi realizado majoritariamente com mulheres mães, e que além dessa condição ainda agregavam as funções de donas de casa, esposas e em alguns casos ainda possuíam um trabalho remunerado fora do lar. É válido ressaltar que as 21 (vinte e uma) que não eram mães foram selecionadas pelo fato de atenderem a pelo menos um dos critérios da pesquisa, isto é, mesmo não tendo filhos/as as alunas participantes ou eram donas de casas, ou esposas ou possuíam um emprego remunerado.

Gênero: conceito e implicações na vida das mulheres

Toda sociedade é resultado de um longo processo construtivo. Nenhuma organização social consolida suas crenças e conceitos sem um percurso anterior de criação, reprodução e manutenção de cada ideia, assumindo isso, considera-se que não é possível entender o atual cenário, selecionado para análise neste trabalho, sem analisar o passado, buscando nele as respostas para os dilemas de hoje.

Para que se compreenda o cerne das adversidades atuais referentes à desigualdade de gênero, que são oriundos de um passado igualmente segmentado é necessário que antes se entenda sua definição. Andrade e Santos (2013, p. 26) versam que trata-se de “uma construção social que organiza as relações entre homens e mulheres em um determinado contexto, estruturando relações de poder desiguais”. A concepção de gênero está intrinsecamente ligada aos diferentes tratamentos, oportunidades e juízos de valor que são ofertados aos dois sexos biológicos, sendo a organização da sociedade que privilegia um gênero em detrimento do outro o pilar que sustenta a desigualdade entre os sexos.

Ainda neste contexto é válido citar que a mulher desde a antiguidade foi, e tem sido considerada um ser inferior, sendo vista pela sociedade como o sexo frágil, um ser relativamente incapaz, visões que durante muito tempo as enclausurou às paredes de suas casas, pois via-se a necessidade de conferir a elas a proteção do “ser superior”, o homem, podendo ele ser seu pai, irmão ou parente homem mais próximo.

De acordo com Badinter (1985) a família é considerada uma organização religiosa, que tem como chefe o pai. Este, assume direitos e funções judiciárias, tais como zelar pela boa conduta dos membros do grupo familiar (mulheres e crianças) e prover o capital necessário ao sustento da família. Seu poder é, portanto, absoluto. Julgar e punir são ofícios exclusivos dele.

Esse modelo de família organizada hierarquicamente e por ordem de importância por pai, mãe e filhos/as prevaleceu durante um longo período e as consequências dessa configuração na sociedade atual foram a delegação das responsabilidades com as crianças exclusivamente para as mulheres e o consequente afastamento dos homens do trato com os/as filhos/as, a divisão das atividades domésticas destinadas majoritariamente ao sexo feminino, pois já que o homem era tido como o chefe, a ele cabia somente prover o sustento e delegar funções, lidar com crianças e atividades de casa não era de sua competência.

Durante muito tempo (e ainda hoje) a luta feminina foi, e tem sido, por direitos equitativos em relação ao sexo masculino. Assim, diante de importantes vitórias, o casamento e a maternidade deixaram de ser suas únicas possibilidades de existência, e o papel do homem em sua vida transmutou-se de seu dono para um companheiro escolhido. Através da luta, as mulheres deram o pontapé inicial para a conquista de sua independência. À vista disso, ao conceber que todas as certezas da sociedade são o resultado de um processo de edificação, o pensamento de que a mulher é destinada à maternidade não deixa de ser igual. Ainda hoje prevalece o estereótipo de que o desejo de ser mãe é algo inerente às mulheres, uma vontade que já nasce com elas, sendo considerada o ápice de suas vidas. Essa ideia também é fruto da estruturação de gênero que ainda rege a sociedade:

[...] o estudo e a conceituação do termo gênero permitem entender como homens e mulheres assumem comportamentos e papéis normativos culturalmente estabelecidos e desiguais em termos de poder e importância. As mulheres internalizam a sua subordinação e desvalorização com base em discursos sociais institucionalizados (nas escolas, nas empresas e organizações, nas igrejas e demais templos religiosos e mesmo dentro de casa) que trazem implicações diretas na sua constituição de sujeito. (ANDRADE; SANTOS, 2013, p. 27).

Todavia, recentemente estão ganhando cada vez mais espaço no mercado de trabalho e principalmente no meio acadêmico. Ficar somente em casa, cuidando do lar e dos/as filhos/as está se tornando um passado cada vez mais distante para aquelas que assim desejam. À vista disso, percebe-se o quanto os ideais do feminismo contribuíram para as diversas desobrigações do gênero feminino, as auxiliando a elevar-se ao lugar de donas de sua própria história:

Atualmente, percebe-se uma mudança muito grande no perfil das mulheres, que antigamente realizavam apenas tarefas tradicionais, como cuidar da casa e dos filhos. Elas estão competindo de igual para igual com os homens e estão correndo atrás do tempo perdido. Trabalham fora e realizam ainda as tarefas tradicionais, além de serem mãe e esposa. Tudo isso graças às lutas dos movimentos feministas a partir da década de 70, envolvendo a entrada feminina nas decisões políticas e de seus interesses na agenda governamental. (CARVALHO, 2011, p. 150).

Foi apenas nos últimos anos do século XX que a mulher conseguiu alcançar certo destaque na sociedade, começando a obter os mesmos direitos educacionais ofertados aos homens, chegando ao nível de tê-los garantidos por lei. Um deles, talvez o mais importante, foi o acesso à educação, que antes lhe era negado. Mesmo em meio a um cenário de mudanças, não se pode ignorar as sequelas criadas pela desigualdade de gênero. São muitas

as implicações disso em nosso cotidiano, na forma como pensamos e agimos, no modo como nos organizamos social e politicamente, exercendo, portanto, influência direta em diversos aspectos como leis e direitos, ou a negação deles.

Neste contexto, Walczak e Santos (2020, p. 215) afirmam que:

[...] a escola, por ser instituição constitutiva da sociedade, é um espaço no qual se faz necessário o diálogo acerca das questões de gênero e sexualidade, buscando trazer esclarecimentos, reconhecimentos e conhecimentos, bem como confrontos e reflexões dos sujeitos sobre suas individualidades e as de outrem, de forma que os estudantes aprendam neste espaço plural, a respeitar as diferentes individualidades e identidades, e possam construir simultaneamente as suas próprias.

Em vista disso é que se pode perceber a relevância de estudar e identificar as condições e as provas que mulheres “*mães, esposas, donas de casa ou trabalhadoras*”, enfrentam ao adentrar à universidade.

Políticas públicas educacionais para a mulher: trajetória histórica e suas contribuições para a causa feminina

Entre as muitas responsabilidades das Políticas Públicas Educacionais está a de auxiliar os/as alunos/as no processo de continuidade de seus estudos. Considerando a importância delas, aqui trataremos de expor quais são as políticas e ações existentes voltadas para o ingresso e permanência da população feminina na Universidade Pública e como tem acontecido a participação delas no cenário universitário, considerando a efetivação, ou não, dessas seguridades.

Naquilo que se refere à representação do conceito de Políticas Públicas, pode-se dizer que até o momento ainda não existe uma definição que a expresse de forma literal, não há uma conceituação que resuma de fato a ideia de Políticas Públicas. De modo mais abrangente, elas se constituem como formas de interação e diálogo entre o Estado e a sociedade, por meio da transformação de diretrizes e princípios norteadores em ações, regras, leis e procedimentos que intencionam modificar a realidade dos/as sujeitos/as alvo da política em questão.

Sua relação com a perspectiva de gênero ainda é considerada recente:

Desde o início do século XX, a luta das mulheres pela ampliação de sua cidadania esteve presente na sociedade ocidental, desvendou novos temas para o exercício da cidadania e orientou diversos ramos do conhecimento. Este movimento social consolidou novas forças políticas e, ao questionar velhos estereótipos sobre o papel feminino, abriu novas possibilidades e oportunidades na sociedade para que as mulheres pudessem exercer atividades fora do espaço doméstico. (BRASIL, 2013, p. 22).

No Brasil, a garantia formal de alguns direitos aconteceu juntamente com a Constituição Federal de 1988, que buscou transformar o caráter assistencialista que era dado às Políticas Públicas, convertendo-o em ações afirmativas que contemplassem os/as brasileiros/as na plenitude de seus atributos enquanto cidadãos/ãs, não mais privilegiando homens e subjugando mulheres. A chamada Constituição Cidadã aprofundou e criou novos direitos para os/as sujeitos/as, e novas obrigações do Estado com os/as indivíduos/as e a coletividade (CFEMEA, 2006).

A relevância das políticas públicas voltadas para a mulher se dá no ponto em que, havendo na sociedade determinados grupos que são reprimidos historicamente, privados de direitos humanos básicos como respeito, segurança e liberdade, sempre será necessária a intervenção de leis e ações que visem garantir a mudança e transformação dessa situação de opressão em que esses grupos se encontram.

Inúmeros embates foram travados e foi graças a eles que muitos direitos foram conquistados, uma vez que a implementação de Políticas Públicas para as mulheres visa a diminuição da exclusão social, racial e de gênero, conduzindo à compreensão de que algumas questões que têm levado a sociedade a caminhar para um mundo mais democrático e igualitário, diminuindo assim o índice de violência, repressão, discriminação e de preconceito sofrido principalmente pelas mulheres no meio universitário (SANTOS, 2014).

No tocante à educação, o primeiro avanço feminino foi, ainda que tímido, no século XIX, durante o período colonial, onde as meninas começaram a, de forma coadjuvante, adentrar os espaços das escolas, recebendo, todavia, uma educação diferenciada, mais voltada para as questões do lar e do cuidado com a família, ao passo que os meninos eram instruídos nas ciências, como matemática, história, leitura e escrita. Outro fato que merece destaque é que os colégios que ofertavam a educação feminina eram quase que totalmente particulares, o que significa que somente aquelas de família com alto poder aquisitivo é que tinham seu acesso garantido (PEREIRA; FAVARO, 2017).

Foi no ano de 1880, com a fundação da Escola Normal na Corte do Rio de Janeiro, que, enfim, as meninas menos favorecidas puderam ingressar no sistema de Ensino Público. Para isso, professoras, em sua maioria filhas de fazendeiros influentes, começaram a ensinar crianças e adolescentes do sexo feminino das camadas populares.

Mulheres na universidade: a conquista sucede a luta

Já em relação às províncias, foi após a Reforma Constitucional descentralizadora que se garantiu a gratuidade da educação primária, tanto para meninos quanto para meninas, e em decorrência disso as escolas normais abriram suas portas à população feminina menos abastada (STAMATTO, 2002).

Mesmo diante de tantas conquistas o currículo escolar ainda não era igualitário, perdurava a segregação curricular, os conteúdos eram diferenciados para meninas e meninos, baseando-se no que se considerava como função social de cada um/a.

No início do século XX, surgem as primeiras manifestações do movimento feminista no Brasil, que sai em defesa dos direitos da mulher, quanto à sua educação, profissionalização e voto. Todavia, é só após a conquista dos direitos civis, nos anos de 1930, que as condições de igualdade das mulheres foram de fato legalizadas. É depois da aquisição desses direitos que a educação de forma igualitária começa a ser disponibilizada para o público feminino, no qual os conteúdos de seu ensino deixam de ser aqueles voltados para as aptidões familiares e domésticas e tornam-se profissionalizantes, já que acreditavam-se que “uma sólida educação e uma conveniente ilustração eram consideradas condição *sine qua non* para a mulher alcançar a independência econômica, esta sim, ‘base imprescindível a todas as outras vitórias’” (ARAÚJO, 2003, p. 139).

Com o passar do tempo, no entanto, percebeu-se que somente efetivar leis não era o suficiente para modificar a estrutura patriarcal e machista que dominava, e ainda domina, a sociedade, era preciso a realização de um trabalho mais profundo, que realmente provocasse transformações nas pessoas, para que futuramente elas forjassem as mudanças almejadas.

Durante um levantamento sobre a trajetória histórica do acesso feminino ao Ensino Superior, descobriu-se que os primeiros casos de mulheres a cursarem essa modalidade de educação aconteceram primeiramente nos Estados Unidos, no ano de 1837, com a criação de universidades exclusivas para as mulheres, as *women's colleges*. No Brasil, o primeiro episódio é datado do final do século XIX, no ano de 1887, com a matrícula de *Rita Lobato Velho Lopes* na Faculdade de Medicina na Bahia, que concluiu seu curso em 10 de dezembro de 1887 com o seguinte destaque: “*primeira mulher diplomada em Medicina no Brasil*” (FRANÇA; CEZAR; CALSA, 2007).

Atualmente, no que diz respeito às Políticas Públicas voltadas para o ingresso e permanência da população feminina na universidade, o que se pode afirmar é que até o

momento muitos avanços foram conseguidos. No entanto, muitas dessas políticas ainda se apresentam de forma deficiente, deixando a desejar em muitos aspectos, como real efetivação, melhor dinâmica e abrangência (GODINHO; SILVEIRA, 2004).

Torna-se necessário aqui expor acerca de quais políticas esta investigação se refere, sendo elas a licença maternidade, o direito à realização de atividades em domicílio em decorrência de gravidez e a garantia das mães universitárias de matricular seus filhos em creches.

Referente à licença maternidade, o que se sabe é que a lei garante que a partir do oitavo mês de gestação e durante os três meses seguintes a estudante em estado de gravidez será auxiliada pelo regime de exercícios domiciliares, instituído pelo decreto Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, em conjunto com a Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, exclusiva para gestantes que assegura:

Art. 1º: A partir do oitavo mês de gestação e durante três meses a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei número 1.044, 21 de outubro de 1969.

Parágrafo único. O início e o fim do período em que é permitido o afastamento serão determinados por atestado médico a ser apresentado à direção da escola.

Art. 2º: Em casos excepcionais devidamente comprovados mediante atestado médico, poderá ser aumentado o período de repouso, antes e depois do parto.

Parágrafo único. Em qualquer caso, é assegurado às estudantes em estado de gravidez o direito à prestação dos exames finais. (BRASIL, 1975).

Durante o período de amparo da lei, a aluna não será obrigada a assistir às aulas e seus/suas professores/as deverão passar exercícios para serem realizados em casa, são os chamados exercícios domiciliares.

Sobre as creches, os primeiros esboços dessa lei foram primeiramente definidos pela Constituição de 1988, que atribuía ao Estado o dever de ofertar às crianças de 0 a 6 anos de idade matrículas equivalentes ao número demandado. Foi um “processo desencadeado pelos movimentos sociais e liderado pelas mulheres trabalhadoras, feministas, empregadas de empresas públicas e privadas, e pelos sindicatos, que reivindicavam o atendimento à criança na faixa etária de 0 a 6 anos” (RAUPP, 2004, p. 150).

Essa reivindicação merece destaque uma vez que o maior percentual de mulheres que engravidam é de jovens em idade considerada universitária (18 a 26 anos), sendo que muitas delas, pressionadas pelo novo momento de gravidez, pelos afazeres domésticos e ainda pelo trabalho e família, acabam se vendo obrigadas a escolher entre dedicar-se

Mulheres na universidade: a conquista sucede a luta

totalmente à maternidade ou estudar. Isto porque, ainda não há a correta efetivação e distribuição das Políticas Públicas, e grande parte das reitorias e governos ainda não luta para garantir as condições adequadas para que essas mulheres tenham as ferramentas necessárias para conseguir conciliar a vida acadêmica com a pessoal.

Desde que as primeiras Políticas Públicas focadas na mulher foram implantadas, no ano de 1984, através de iniciativas do Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF) e a partir da criação do Centro de Orientação e Encaminhamento Jurídico, da Procuradoria de Assistência Judiciária (COJE) em 1984, elas têm sido orientadas pelo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), que tem como objetivo primordial questionar a permanência dos papéis tradicionais atribuídos à mulher dentro do espaço doméstico, que estruturam a divisão sexual do trabalho centrada no desempenho delas nas funções de esposas, mães e donas de casa.

O que se evidencia é a importância da conscientização das pessoas acerca da necessidade de incorporar em suas atitudes rotineiras o ideal de equidade entre os gêneros. Para isso, é fundamental questionar o modelo de sociedade vigente, que ainda está pautado no machismo e que fecha os olhos para a situação de desigualdade que as mulheres se deparam cotidianamente. É imprescindível também:

[...] que no processo de introdução das discussões sobre gênero e sexualidade haja um questionamento sobre todas as identidades, indicando que todas são construídas socialmente. Esse passo é decisivo para que a escola possa ser pensada como um espaço promotor da igualdade de gênero e do combate às múltiplas formas de preconceito. (OLIVEIRA, 2015, p. 148).

O que se defende é que somente através de uma educação de qualidade e da garantia de seus direitos é que as mulheres terão condições de conquistar cada vez mais seus merecidos espaços na sociedade, sejam eles na esfera política, administrativa, ou qualquer outra que desejam, transformando assim os ambientes sociais que cercam a todos/as, tornando-os mais humanos, tolerantes e respeitadores dos direitos de cada indivíduo/a, independentemente de seu sexo biológico.

O ser mulher: múltiplas identidades femininas e seus diferentes papéis ao longo da história

Quando se fala em identidade, uma primeira assimilação que pode ser feita refere-se à singularidade que essa palavra expressa. Em termos linguísticos esse vocábulo exprime o

que há de mais distinto no sujeito que o acompanha. Quando a palavra identidade é escolhida para relacionar-se ao substantivo mulher são muitas as análises possíveis.

Compreende-se que o ser mulher traz consigo inúmeras especificidades que a caracterizam, deste modo, torna-se importante conhecer algumas delas e os processos que as construíram para que assim se entenda suas implicações na trajetória atual e histórica desse público.

Em vários aspectos existem diversas diferenças entre homens e mulheres, dessemelhanças, todavia, que não tornam um superior ao outro. Cada um tem seu lugar, espaço e valor. Sobre as mulheres é válido citar acerca das muitas identidades que assumem, assim como seus diferentes papéis. Aqui o termo identidade vem assinalando todo um conjunto de características que diferenciam uma pessoa, ou coletivo. É o conceito pelo qual é possível individualizar determinado ser ou público:

Em termos políticos, a ênfase na identidade deriva do reconhecimento de que certos grupos sociais têm, muito, sido alvos de inaceitáveis discriminações. Entre eles, incluem-se os negros, as mulheres e os homossexuais. Tais grupos se têm rebelado contra a situação de opressão que os têm vitimado e, por meio de árduas lutas, têm conquistado espaços e afirmado seus direitos à cidadania. Com muita tenacidade, têm contribuído para que se compreenda que as diferenças que os apartam dos “superiores”, “normais”, “inteligentes”, “capazes”, “fortes” ou “poderosos” são, na verdade, construções sociais e culturais que buscam legitimar e preservar privilégios. (MOREIRA, 2008, p. 1-2).

A assertiva acima mencionada indica que os grupos menos privilegiados têm procurado, por meio de movimentos de luta, atingir o *status* de direitos equivalentes à sua condição, mostrando que todos são merecedores de direitos e deveres que lhes assegurem a dignidade e o respeito, e que não há fundamento em se considerar um ser, ou grupo, inferior a outro usando como critério de supremacia o sexo biológico, cor ou orientação sexual, e que todos os argumentos usados para diminuir um coletivo são produto de uma construção social que quer manter os privilégios conseguidos mediante a subjugação de outrem.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho aconteceu mediante um longo percurso de lutas. Essa entrada lhes possibilitou a aquisição de novos espaços na sociedade, onde cada vez mais elas foram estimuladas a adquirir múltiplos papéis, visto que as funções de donas de casa, mães e esposas ainda são consideradas como questão natural, cultural e de competência exclusivamente feminina:

Mulheres na universidade: a conquista sucede a luta

Assim como as obrigações maternas de uma mulher são aceitas como naturais, seu infinito esforço como dona de casa raramente é reconhecido no interior da família. As tarefas domésticas são, afinal de contas, praticamente invisíveis. Ninguém as percebe, exceto quando não são feitas – notamos camas desfeitas, o chão não esfregado e lustrado. Invisíveis, repetitivas, exaustivas, improdutivas e nada criativas esses são os adjetivos que melhor capturam a natureza das tarefas domésticas. (DAVIS, 2016, p. 225).

Em vista disso, é possível notar o porquê de as mulheres terem sido condicionadas a assumirem certas obrigações que acabaram por conduzi-las a um estado de sobrecarga, que atrapalha o desempenho de qualquer ocupação que resolvam exercer.

Apesar dos afazeres relacionados ao cuidado do lar e dos filhos ainda serem os mais frequentes na vida da mulher, elas já se apropriam também de outros encargos, tal qual o de estudante, e para conseguir essa conciliação, valem-se da estratégia multitarefa, desempenhando várias funções ao mesmo tempo, e deste modo não experimentam plenamente o momento que estão vivendo e isso as faz cair em um ciclo de frustração e insatisfação consigo mesmas.

O lazer é o aspecto da vida da mulher que mais é negligenciado em detrimento das obrigações que acumula. Ele é visto como uma concepção muito importante para proporcionar o bem-estar das pessoas, entretanto, esse tempo livre tem se tornado cada vez menor, pois o trabalho vem ocupando o papel central na vida dos/as sujeitos/as atuais, sobrepondo-se muitas vezes à família, por isso, as mulheres que são mães sentem-se mais estressadas porque têm que dividir o seu tempo livre com os/as filho/as, sofrendo frequentes interrupções no lazer, ao passo que o momento de lazer do homem é somente dele (D'ELIA, 2014).

Desde que entrou para valer no mercado de trabalho as mulheres da classe trabalhadora vêm enfrentando todos os desafios de sua profissionalização, juntando mais e mais tarefas, dentro e fora da família/casa. Este amontoamento de ofícios faz com que elas trabalhem mais do que os homens, pois são condicionadas a assumir uma pluralidade de afazeres, é a chamada jornada dupla, ou tripla, de trabalho. Essa situação gera inúmeras consequências à vida da mulher, pois na maior parte das vezes ela opta por realizar o que julga ser uma obrigação somente sua e se esquece da própria saúde e bem-estar.

Nota-se, portanto, que ser mulher não é nada fácil, tendo em vista a multiplicidade de funções que desempenha e que a sociedade ainda insiste em caracterizar como sendo naturalmente de sua obrigação. O que fica evidente a partir dessas explanações é que elas

têm vivenciado um acúmulo de funções. Atribuições que elas mesmas escolheram e algumas muitas que foram condicionadas a assumir pela sociedade e influências que atuam sobre elas.

A adaptação social desse processo de mudança da mulher do privado para o público ainda caminha devagar, justamente por isso é necessário discutir o assunto para que a sociedade compreenda que não há nada de errado em se buscar profissionalização e que o sentimento de insatisfação feminino as vezes pode ser o indicador de que estão tomando para si responsabilidades que não pertencem somente a elas. É necessário lembrar que os tempos mudaram e essa transformação deve estender-se às atitudes e pensamentos, pois a julgar pelos avanços conquistados pelo público feminino não se pode mais ignorar o fato de que atualmente lugar de mulher é onde ela quiser, seja na universidade, política e até mesmo em casa.

Os dados e os fatos: uma relação indispensável

Em 2018 a Universidade do Estado da Bahia, *Campus XII* contava com o total de 853 estudantes matriculados/as. Dentre estes, 71,2% eram mulheres, 23,6% eram homens e 5,3% não informaram o sexo. Não muito diferente de outros ambientes universitários, o *Campus XII* é majoritariamente constituído pelo público feminino, principalmente no que se refere aos cursos de Pedagogia e Enfermagem, historicamente, associados ao perfil da mulher por estarem relacionados às questões do cuidar e do educar.

Tendo em vista que o Ensino Superior oferta uma aquisição de saberes muito vasto para aqueles/as que querem elevar seu nível de conhecimento e tornarem-se profissionais qualificadas, as participantes afirmam que, movidas por questões socioeconômicas principalmente, buscaram adentrar na universidade para se qualificarem profissionalmente, com o intuito de obter um bom emprego, podendo, desta forma, oferecer aos familiares uma vida mais estável.

Essa necessidade de formação demonstra uma visível mudança no perfil escolar/acadêmico dessas novas estudantes (mulheres), já que antes seu ensino acontecia com ênfase no que se esperava delas como padrão de mulher, e atualmente, movidas por ambições pessoais, as mulheres adentram a universidade visando suprir suas próprias aspirações profissionais, já que o alcance da “carreira profissional contribuiu para a independência financeira e emocional da mulher” (FIORIN; OLIVEIRA; DIAS, 2014, p. 25).

Mulheres na universidade: a conquista sucede a luta

O perfil socioeconômico das 116 participantes da pesquisa que responderam ao questionário é de mulheres de baixa renda. A maior parte é trabalhadora, cerca de 75%, e a outra parcela dedica-se somente à vida acadêmica, não possuem um emprego remunerado. Com relação à raça, 55 das mulheres pesquisadas declararam-se pardas, 38 pretas, 6 amarelas, 15 brancas, uma delas não desejou se declarar e outra não especificou.

Dito isto, é importante destacar acerca da participação de mulheres negras nos cursos de graduação. Gonçalves (2018) analisa essa situação concluindo que a condição delas guarda estreita relação com o passado escravista, com a organização patriarcal e com a exploração capitalista de classe. Durante muito tempo a luta por educação excluiu as mulheres negras. Estudar era um atributo da branquitude que para manter-se com esses privilégios explorava as pessoas menos favorecidas. As mulheres negras desempenhavam papéis sociais quase sempre ligados à servidão, ao “cuidado”, ao fazer para o/a outro/a, nunca para si mesmas. Atualmente, ter na universidade um proeminente número de mulheres negras significa uma mudança desse cenário servil, já que o estudo oferta a elas a possibilidade de escolha em relação à profissão e ao lugar social no qual desejam alcançar e não aquele que lhe foi imposto. Esse movimento, construído por elas mesmas, as desloca de um lugar de subalternidade para um cenário de escolhas.

Em relação à situação familiar e de moradia, foi identificado que 53 possuem casa própria e moram com companheiro/a e com filho/a(s), 3 possuem casa própria e moram somente com filho/a(s), 18 moram com os pais ou familiares (sogro/a, por exemplo) no domicílio deles/as, 2 moram sozinhas em casa própria, uma mora sozinha em casa não própria, 5 dividem moradia com outras pessoas (república, pensão) e as outras 44 não especificaram. Analisando o estado civil das participantes, vê-se que 77 são casadas, 23 solteiras, 3 divorciadas, 11 vivem em união estável, uma é viúva e outra não especificou. Destas mulheres, 95 possuem filhos e 21 não possuem.

Há aqui a superioridade de mulheres casadas e que são mães. Considerando os relatos delas e esses dois dados pudemos constatar que no momento em que descobriram que haviam sido aprovadas no vestibular, todas as que eram mães, e em sua maioria casadas, de início se preocuparam com o afastamento e cuidado com os/as filhos/as, já que o trato com as crianças ser considerado um trabalho unicamente feminino é algo construído historicamente e que vem se arrastando até hoje, trazendo muitas consequências para o presente desse público, pois um homem que é estudante também pode ser pai, trabalhador,

esposo ou filho, todavia o peso que a maternidade e o matrimônio exercem sobre uma mulher é totalmente diferente. As cobranças são muito específicas e envolvem tanto a responsabilidade, quase que total, com os/as filhos/as, quanto o cuidado com o marido e com a casa.

Nesse contexto, outro aspecto importante da pesquisa refere-se à questão de que dessas mulheres que são mães 51 já adentraram na universidade com filhos/as, enquanto que 44 engravidaram durante o curso. Para as mulheres universitárias que se tornam mães no decorrer da graduação alguns direitos são garantidos, a exemplo da licença maternidade, realização de exercícios domiciliares e ainda o direito à utilização de creches, todavia, diante da análise dos dados coletados, foi observado que praticamente todas essas garantias apresentam falhas ou simplesmente não contemplam essas alunas, fato que traz inúmeras insatisfações e consequências para aquelas que experienciam as condições de mãe e universitária.

Durante a construção do estado da arte não foram encontrados trabalhos que tivessem como foco o perfil de mulheres aqui estabelecido. No geral as poucas produções achadas não combinavam as condições nas quais as mulheres poderiam estar, ou falavam apenas de mães universitárias, ou versavam sobre donas de casa que cursavam o Ensino Superior, ou sobre as mulheres estudantes e trabalhadoras. Sobre as mulheres casadas e universitárias não encontramos trabalhos referentes. Tudo isso evidencia a relevância deste estudo, já que frente à essa escassez de produções podemos inferir como as condições das mulheres têm sido pouco consideradas e discutidas como fator determinante para a formação feminina.

Algumas considerações finais de uma discussão que continua

Este artigo visou discutir a condição da mulher universitária que é “*mãe, esposa, dona de casa ou trabalhadora*”, considerando as implicações do gênero na vida dessas mulheres, bem como as múltiplas identidades femininas e seus diferentes papéis ao longo da história e a influência que as políticas públicas educacionais para a mulher tiveram em sua jornada até a universidade. Para tanto, analisa, a partir das especificidades da condição feminina, como acontece a permanência e a participação de mulheres no Ensino Superior. O fato que ficou mais evidente neste estudo é que por mais que as mulheres sejam uma maioria considerável

Mulheres na universidade: a conquista sucede a luta

no meio acadêmico ainda convivem e são afetadas, com diversas consequências de um passado que as limitou em vários âmbitos.

Não são raras as situações em que as mulheres são obrigadas a escolher entre dar continuidade em seus estudos ou dedicar-se à família e aos/as filhos/as, circunstância que sinaliza como ainda são visíveis as heranças de uma exclusão educacional a que foram submetidas. A criação do estereótipo de “supermulher” também as prejudicou em diversos sentidos, pois normalizou a conjuntura de sacrifícios e abdições a que se sujeitam por pensarem que devem conciliar a qualquer custo todas as obrigações que muitas vezes lhe são impostas.

Outro fato que chamou a atenção foi que mesmo com as lutas travadas pelos movimentos feministas que visavam a inclusão das mulheres nos assuntos da sociedade, infelizmente ainda no século XXI questões como a divisão desigual do trabalho doméstico e do trato com os/as filhos/as ainda tendem a pesar mais sobre os ombros femininos, já que trata-se de uma obrigação imposta histórica e socialmente às mulheres.

O que se faz necessário e urgente é a mobilização dos grupos menos favorecidos, para que assim pressionem os órgãos públicos, até que comecem a oferecer condições apropriadas de estudos a essas mulheres. Devendo criar condições que as impulsionem ao longo do caminho para a conquista de novos espaços e do empoderamento, tanto dentro quanto fora do lar.

Face ao exposto e considerando as especificidades da condição feminina e dos dados que aqui foram apresentados, pode-se compreender que por mais que as mulheres ainda sejam a grande maioria no espaço universitário, o número de Políticas Públicas voltadas para seu ingresso e permanência na universidade ainda tem se mostrado insuficiente e muitas vezes ineficiente, já que o número de alunas favorecidas com esses benefícios é mínimo.

Para concluir, ainda que temporariamente, a partir de todas as questões aqui levantadas, o que defendemos é a melhoria das percepções em relação às mulheres. Deve-se conceber que não estão inclusas no estereótipo de “supermulher” porque querem, mas porque são condicionadas e muitas vezes obrigadas a isso.

De “super” elas só possuem a vontade de vencer, mesmo diante de todas as dificuldades, mesmo tendo suas necessidades naturalizadas e, por isso, invisibilizadas. É impossível, portanto, que continuemos a usufruir da universidade sem ponderar sobre as

demandas dos coletivos que a mantêm de pé, já que os espaços só têm relevância na medida em que contemplam as pessoas que estão neles.

Que nossa prática cotidiana sirva, não para manter os privilégios de classes menores, porém dominantes, mas para ofertar equidade para que todos/as, independente do gênero, tenham a possibilidade de estar onde querem e não sejam impedidos/as pelas condições a que estão sujeitos/as.

Referências

- ANDRADE, Darlane Silva Vieira; SANTOS, Helena Miranda dos (orgs.). **Gênero na psicologia: articulações e discussões**. Salvador: CRP-03, 2013. Disponível em: http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo_files/genero_na_psicologia.pdf. Acesso em: 20 set. 2017.
- ARAGÃO, Milena; KREUTZ, Lúcio. Do ambiente doméstico às salas de aula: novos espaços, velhas representações. **Conjectura**. v. 15, n. 3, p. 106-120, 2010. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/515>. Acesso em: 10 nov. 2018.
- ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. **Estudos Avançados**. v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300009. Acesso em: 12 dez. 2018.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. DUTRA, Waltensir (trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília/DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.
- BRASIL. Decreto-lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975. Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 21 out. 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6202.htm. Acesso em: 18 ago. 2018.
- CARVALHO, Débora Jucely. A conquista da cidadania feminina. **Revista multidisciplinar da UNIESP - Saber Acadêmico**. n. 11, jun., 2011. Disponível em: http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20180403120759.pdf. Acesso em: 26 mai. 2016.
- CFEMEA. Centro Feminista de Estudos e Assessoria. **Os direitos das mulheres na legislação brasileira pós-constituente** / Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA). RODRIGUES, Almira; CORTÊS, Iáris (orgs.), Brasília: Letras Livres, 2006.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. CANDIANI, Heci Regina (trad.). São Paulo: Boitempo, 2016.
- D'ELIA, Tatiana Charpinel Pereira. **A vida sem pausas: um estudo sobre a experiência do tempo livre da mulher contemporânea**. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2014. Disponível em:

http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1022211_2014_completo.pdf. Acesso em: 08 set. 2017.

FIORIN, Pascale Chechi; OLIVEIRA, Clarissa Tochetto de; DIAS, Ana Cristina Garcia. Percepções de mulheres sobre a relação entre trabalho e maternidade. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**. v. 15, n. 1, p. 25-35, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v15n1/05.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2018.

FRANÇA, Fabiane Freire; CEZAR, Kelly Priscilla Lóddo; CALSA, Geiva Carolina. Nova proposta de educação na Primeira República Brasileira: a co-educação dos sexos. **Revista HISTEDBR**. n. 27, p. 127-142, set., 2007. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/27/art10_27.pdf. Acesso em: 25 mai. 2018.

GODINHO, Tatau. Construir a igualdade combatendo a discriminação. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria. Lúcia. (orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. Coordenadoria especial da mulher. 2004. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8). Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2017.

GONÇALVES, Renata. A invisibilidade das mulheres negras no Ensino Superior. **Poiésis**. v. 12, n. 22, 2018. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/7358/4266>. Acesso em: 30 nov. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOREIRA, Antônio Flavio. **Identidade e currículo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, Amurabi Pereira de. Gênero, sexualidade e diversidade no currículo escolar: a experiência do papo sério em Santa Catarina. **Práxis Educacional**. v. 11, n. 18, p. 131-151, jan./abr., 2015. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/804>. Acesso em: 02 jul. 2018.

PEREIRA, Ana Cristina Furtado; FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão. **História da mulher no Ensino Superior e suas condições atuais de acesso e permanência**. In: XIII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO. VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE. 2017. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26207_12709.pdf. Acesso em: 09 jan. 2018.

RAUPP, Marilena Dandolini. Creches nas Universidades Federais: questões, dilemas e perspectivas. **Educação & Sociedade**. v. 25. n. 86. p. 197-217, abr., 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n86/v25n86a10.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2017.

SANTOS, Maíra Barbosa. A participação das mulheres no ensino superior. **Revista Três Pontos**. v. 11, n. 1, 2014. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/viewFile/2660/20360>. Acesso em: 19 jul. 2018.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Um olhar na História: a mulher na escola. (Brasil: 1549-1910). **História e Memória da Educação Brasileira**. In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. 2002. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0539.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

WALCZAK, Aline Teresinha; SANTOS, Eliane Gonçalves dos. Mapeando discussões de gênero e sexualidade no ENPEC e na ANPED Sul. **Revista Cocar**. v. 14, n. 28, p. 207-225, jan./abr., 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Desktop/3117-Texto%20do%20Artigo-8780-1-10-20200328.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2020.

Sobre as autoras

Sônia Maria Alves de Oliveira Reis

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia onde atua na graduação e nos cursos de especialização lato sensu. É professora externa do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UESB). Coordenadora de área do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid). Líder do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (NEPE/CNPQ). Coordenadora do Doutorado Interinstitucional (Dinter - UNEB/UFMG). E-mail: sonia_uneb@hotmail.com. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-0129-0719>.

Samara Gomes Aguiar

Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB/DEDC - Campus XII, Guanambi/BA. Mestranda na linha de pesquisa: Currículos, Práticas Educativas e Diferenças do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGE/UESB). Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (NEPE/CNPQ). Bolsista FAPESB. E-mail: samaraaguiarcte@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4259-4145>.

Valquiria Normanha Paes

Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB/DEDC - Campus XII, Guanambi/BA. Pós Graduada em Educação Infantil/ Anos Iniciais e Psicopedagogia pela Faculdade Serra Geral -FASG. Professora da Educação Básica, anos iniciais. Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (NEPE/CNPQ). Bolsista PIBIC-FAPESB. E-mail: valquirianpaes@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1084-6977>.

Recebido em: 06/09/2020

Aceito para publicação em: 27/09/2020